**Estudar e trabalhar: características de estudantes que conciliam estas duas atividades**

**Alexandre Schuarts Ferreira[[1]](#footnote-1)**

**Janete Stoffel[[2]](#footnote-2)**

**Luis Cláudio Krajevski³**

**Resumo**

A realização de estudos a respeito da contribuição das universidades para o desenvolvimento regional é cada vez mais necessária. As repercussões do ensino, da pesquisa e da extensão impactam de diversas formas, sendo que um dos primeiros resultados está ligado à formação dos estudantes, bem como sua inserção profissional. Neste contexto, o objetivo central desta pesquisa foi conhecer a realidade de estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR (UFFS/LS), considerando suas necessidades e relação com o mercado de trabalho regional. Neste sentido a pesquisa buscou investigar as condições ocupacionais e níveis de renda, por meio da aplicação de um questionário, respondido por 289 estudantes. Os resultados apontam que 56,3% conciliam os estudos com trabalho e 83,39% da amostra tem renda de até três salários-mínimos. A interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se constitui em uma importante oportunidade para que estudantes destas regiões possam ingressar no ensino superior. Mas é preciso que existam condições para dar conta de uma realidade na qual a dedicação integral aos estudos não é a realidade da maior parte dos estudantes. Ao menos daqueles que participaram da pesquisa.

**Palavras-chave:** Estudante trabalhador; Trabalhador estudante; Ensino Superior; Atuação profissional; Desenvolvimento Regional.

Studying and working: characteristics of students who combine these two activities

**Abstract**

It is increasingly necessary to conduct studies on the contribution of universities to regional development. The repercussions of teaching, research and extension have a variety of impacts, and one of the first results is linked to the education of students and their professional integration. In this context, the main objective of this research was to understand the reality of students at the Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul/PR (UFFS/LS), considering their needs and relationship with the regional job market. In this sense, the research sought to investigate occupational conditions and income levels by applying a questionnaire answered by 289 students. The results indicate that 56.3% combine studies with work and 83.39% of the sample has an income of up to three minimum wages. The internalization of Federal Higher Education Institutions (IFES) represents an important opportunity for students from these regions to enter higher education. However, conditions must exist to cope with a reality in which full-time dedication to studies is not the reality for most students. At least from those who participated in the research.

**Keywords**: Student worker; Student worker; Higher Education; Professional performance; Regional Development.

1 Introdução

As primeiras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil surgiram no século XX, marcadas por características excludentes, restritivas quanto ao acesso, além da localização concentrada nas regiões Sul e Sudeste, em eixos metropolitanos e próximas de polos econômicos (Marques e Cepêda, 2012). O acesso à formação superior era exclusividade de membros que integravam os grupos mais empoderados econômica, política e culturalmente da sociedade.

No início do século XXI, com a destinação de investimentos públicos voltados à expansão de universidades, institutos e vagas no ensino superior, se observa o avanço para regiões interioranas, muitas das quais não contavam com estas instituições. O Programa de Apoio à planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, promoveu oportunidades de acesso ao ensino superior em regiões antes desatendidas (Marques e Cepêda, 2012).

Além da ampliação no número de vagas presenciais nos cursos de graduação, também foram implementadas políticas de ações afirmativas que tornaram possível o acesso ao ensino superior de grupos sociais mais vulneráveis, antes excluídos desta possibilidade. Porém, a maior democratização do acesso ao ensino superior revela uma realidade na qual muitos estudantes precisam conciliar a vida acadêmica com a atuação no mercado de trabalho.

A UFFS foi criada pela Lei 2.029, em 15 de setembro de 2009, com atuação nos estados da Região Sul, sendo um dos resultados da ampliação das IFES via REUNI. Atualmente conta com seis campi: Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim (Rio Grande do Sul), Chapecó (Santa Catarina); Realeza e Laranjeiras do Sul (Paraná) (UFFS, 2024). A instituição oferta cursos, em diferentes períodos, e suas vagas são direcionadas preferencialmente para estudantes oriundos de escolas públicas. Isso é observado com a adoção de políticas afirmativas para a inclusão de pretos, indígenas, imigrantes, pobres e grupos antes excluídos do ensino superior público federal.

Considerando que o Campus Laranjeiras do Sul se encontra numa das regiões menos desenvolvidas do Paraná, e que a oferta de ensino público passa a atender parte de uma população até então desassistida, cabe investigar qual é o perfil deste acadêmico. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é caracterizar o estudante da UFFS, Campus Laranjeiras do Sul/PR (UFFS/LS) diante da necessidade de exercer atividade remunerada que é conciliada como o percurso da graduação.

Nesta pesquisa se buscou conhecer as características destes estudantes, com o objetivo de identificar a realidade e necessidade de trabalhar, caracterizando as condições de ocupação e renda. A investigação é relevante por retratar a realidade dos estudantes da UFFS/LS, e verificar até que ponto a oferta de cursos e vagas condizem com as necessidades dos jovens que buscam o ensino superior.

Os resultados são apresentados em cinco seções: introdução, revisão da literatura sobre o ensino superior no Brasil e sua interiorização, metodologia do estudo, análise dos principais resultados relacionados aos estudantes da UFFS/LS, e considerações finais.

2 Revisão Bibliográfica

A origem das universidades, a nível mundial, remonta ao século XI, sendo as primeiras fundadas na Itália e França. Nos séculos XIV e XV há uma multiplicação destas instituições na Europa, com a manutenção de métodos e tradições medievais durante os séculos XVII e XVIII (Souza, 1996; Almeida Filho, 2008; Lima, 2012). Na América Espanhola, em 1800 (século XVII), existiam vinte universidades (Almeida Filho, 2008). Neste período, no Brasil Colonial eram oferecidos cursos superiores de Filosofia e Teologia, ministrados pelos jesuítas, uma vez que Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior em suas colônias (Lima, 2012; Almeida Filho, 2008). Somente com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, é que a formação de quadros para os serviços públicos é vista como necessária pela Metrópole, buscando melhorar a preparação daqueles que atuavam na administração (Lima, 2012).

Na Primeira República (1889 a 1930) foram criadas as primeiras universidades, sendo considerado este um movimento de expansão do ensino superior. As formações eram centradas nas áreas de Medicina, Odontologia, Farmácia, Direito, Engenharia, Economia e Agronomia, atendendo necessidades das elites detentoras dos poderes econômico, político e cultural (Souza, 1996; Saviani, 2010). Lima (2012) registra que o Brasil foi um dos últimos países a constituir e reconhecer oficialmente as universidades, o que expressa um atraso marcante em relação tanto aos países europeus quanto a outros países do continente americano.

Na perspectiva de Bortolanza (2017) no caso brasileiro o ensino superior adquiriu cunho universitário somente nos anos 1930, sendo um destes marcos a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, documento no qual constavam orientações didático-administrativas para o ensino superior, determinando que a fiscalização da atuação destas instituições seria responsabilidade do Ministério da Educação (Souza, 1996). A partir destas diretrizes o ensino superior poderia se organizar por meio de universidades (públicas ou privadas) ou por institutos isolados. E somente em 1945 foi criada a rede de universidades federais (Almeida Filho, 2008).

Nos anos 1960 foi instituído o modelo de universidade científica-tecnológica, sendo instituídas novas universidades federais (Almeida Junior, 2008; Saviani, 2010). Em 1968 ocorreu uma profunda reforma universitária, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que consistia em “Um freio e um retrocesso no processo de modernização do ensino superior brasileiro” (Souza, 1996, p. 55). Este cerceamento realizado pelo governo militar impedia a criticidade nas universidades, perseguindo e expulsando professores, além de reprimir o movimento estudantil. Ademais, o modelo de universidade adotado no Brasil estava descontextualizado do momento político, econômico e social do Estado, sem vínculos com qualquer projeto de desenvolvimento (Souza, 1996, Almeida Filho, 2008; Saviani, 2010).

Macedo (2023, p. 275), ao refletir sobre a política educacional do período de 1930 a 1980, sugere que o ensino superior foi “[...] abarcando o território brasileiro, acompanhando a integração do mercado interno e a expansão das produções regionais no bojo da industrialização e da divisão territorial do trabalho que ela engendra”. O ensino superior estava concentrado nas regiões Sul e Sudeste, as quais respondiam por 77% das matrículas do país em 1980 (Macedo, 2023).

A Constituição Federal de 1988 inovou ao garantir a educação como um direito de todos. Contudo, as políticas neoliberais dos anos 1990 retardaram a ampliação da educação pública (Macedo, 2023). A adoção de políticas de austeridade fiscal, desestatizando a economia, além do apoio à expansão das instituições privadas de ensino superior, impôs limites para a ampliação das instituições federais nos anos 1990. Ao final desta década havia no Brasil 56 IFES, localizadas em 87 municípios, com aproximadamente 442 mil matrículas (Vieira e Macedo, 2022).

Ainda nos anos 1990 o Brasil implementaria novas reformas da educação superior, com aumento de transferências de recursos ao setor privado, ocasionando expansão de centros universitários, faculdades integradas, institutos e escolas superiores, sem o crescimento das instituições públicas (Hernandéz, Krajevski, Stoffel, 2023). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) materializou estas mudanças, dando forma às políticas neoliberais em que a privatização foi um marco (Lima, 2012; Saviani, 2010). A LDB indica diretrizes para União, Estados e Municípios, conforme suas respectivas competências, com um novo modelo de universidade pública conforme as transformações em curso no padrão de acumulação capitalista (Hernandéz, Krajevski, Stoffel, 2023; Brasil, 2005).

As universidades, segundo o art. 52 da LDB, são consideradas “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (Brasil, 2005, p. 23). A legislação estabelece que estas instituições têm como características desenvolver produção intelectual que considere temas e problemas relevantes relacionados aos âmbitos regional e nacional. Em relação à estrutura, devem ter, ao menos, um terço de seu corpo docente com título de mestrado ou doutorado, e um terço do quadro de professores deve atuar em regime de tempo integral (Brasil, 2005; Lima, 2012).

No início do século XXI acontece um “[...] aumento substantivo de vagas e instituições, alteração da distribuição das IFES na malha nacional e regional, redefinição da relação entre formação-pesquisa-inovação e o papel da extensão” (Marques e Cepêda, 2012, p. 164). Nesta época “[...] a educação superior apresentou expansão sem precedentes, até 2015, com desconcentração regional e maior capilaridade territorial” (Macedo, 2023, p. 276). Além disso, ocorre o reconhecimento de que o acesso ao ensino superior vinha excluindo grupos sociais vulneráveis, sendo criadas oportunidades de acesso por meio de políticas de ações afirmativas.

No ano de 2002 havia 45 IFES distribuídas em 148 campi, concentrados principalmente no Sudeste, Sul e regiões litorâneas (Trópia e Souza, 2023; Araújo, 2014; Niquito, Ribeiro, Portugal, 2018). Já em 2010, após a implantação do REUNI, a interiorização e desconcentração regional era explícita, com a ampliação do número de campi das IFES para 230 (Araújo, 2014). Em 2018 havia 110 IFES (68 universidades), com presença em 560 municípios e ofertando cerca de 1,2 milhão de matrículas em cursos presenciais de graduação (Vieira, Macedo, 2022). O maior número de vagas disponíveis no ensino público, aliado a adoção de uma política de ações afirmativas, criou possibilidades para que milhares de jovens, antes excluídos do acesso, passassem a ter oportunidades de ingresso (Trópia, Souza, 2023; Araujo, 2014).

Esta expansão ocorreu de forma menos concentrada regionalmente, impulsionando espaços econômicos localizados em áreas periféricas, cujas potencialidades passaram a ser estimuladas (Vieira, Macedo, 2022). Importante realçar que estas IFES podem exercer o papel de elemento chave no processo de desenvolvimento regional (Rolim e Serra, 2009). Reche e Campos (2022) e Krajevski (2022) indicam que o REUNI permitiu que municípios de pequeno e médio porte do interior passassem a contar com campus de IFES, representando uma mudança significativa a médio e longo prazo para a região de inserção.

Dentre os resultados da expansão das IFES está a ampliação das vagas em cursos noturnos, que em 2008 haviam sido ampliadas em 63% (Marques e Cepêda, 2012). Outro resultado foi a oportunidade para que nestas instituições a maioria dos matriculados fosse “[...] pretos, pardos, indígenas, pobres e/ou estudantes egressos da rede pública que foram beneficiados pelas políticas de acesso e de permanência universitária” (Macedo, 2023, p. 287). Outro exemplo da inclusão é destacado por Oliveira, Pochmann e Rossi (2022, p. 422) “[...] 33,2% são os primeiros da família a ter um diploma de ensino superior.” Mesmo com limites, não há dúvidas de que a universidade pública finalmente avançou rumo à inclusão social (Macedo, 2023), ainda que suas portas permaneçam semiabertas (Trópia, Souza, 2023).

O Reuni (2007) não apenas promoveu a expansão quantitativa das universidades federais, mas também estabeleceu diretrizes para a formação dos acadêmicos. Além de oferecer educação superior e capacitar recursos humanos para o mercado de trabalho, as IFES são responsáveis por formar cidadãos com espírito crítico, capazes de propor soluções para os problemas cada vez mais complexos da vida pública. Esta referência é importante uma vez que “[...] a educação, sobretudo a superior, no Brasil, sempre esteve atrelada mais ao pretenso projeto civilizatório de desenvolvimento das forças produtivas e menos à emancipação humana, no sentido dado por Paulo Freire” (Macedo, 2023, p. 275).

Marques e Cepêda (2012) apontam que o desenvolvimento de pesquisas e a formação de profissionais mais condizentes com a realidade configuram um dos benefícios da interiorização das IFES. Ao ampliar a integração entre comunidade e universidade, são expandidas as possibilidades de contribuição no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Isso fruto da atuação das IFES e interação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura. Assim, compartilhando com a sociedade conhecimentos técnicos e científicos, são desenvolvidas capacidades para a promoção de mudanças de curto, médio e longo prazos (Buron, 2016).

Um dos resultados promovidos pelo ensino nas IFES é a qualificação profissional com capacidade crítica, o que é ainda mais relevante quando a região tem desvantagens sociais e econômicas. Neste sentido, Macedo (2023) destaca o importante papel que as IES públicas podem cumprir, ao contribuir para que outro padrão seja aplicado às regiões, modelo este que priorize o desenvolvimento para as condições de vida, e não para a reprodução do capital.

Com a expansão das IFES, pequenos e médios municípios passaram a integrar o mapa do sistema nacional de ensino superior, resultando em uma desconcentração da qual novas oportunidades de formação profissional, emprego, renda e massa crítica foram criadas (Macedo e Silva, 2022). Os autores argumentam que a presença das IFES nas regiões onde se instalam gera novos encadeamentos econômicos, valorizando ativos locais e promovendo alternativas de desenvolvimento. Essas instituições contribuem por meio de gastos em consumo e investimento, além de desenvolverem atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, impactando positivamente o mercado de trabalho, a produção, a renda e a arrecadação de tributos.

Abordando o tema da educação superior no âmbito federal e a inserção do estudante no ambiente laboral, Bergmann *et al* (2020), verificaram o impacto da expansão das IFES sobre indicadores no mercado de trabalho. Os autores concluíram que existem evidências de sinergia entre a criação de IFES e, principalmente, taxas de ocupação e formalidade. Esses efeitos, quando significativos, parecem mais fortes em munícipios menores e entre estudantes mais jovens.

Abramo, Venturi e Corrochano (2020), argumentam que a expansão do acesso ao ensino médio e superior no país, atrelada a manutenção do jovem no mercado de trabalho, evidencia a importância do debate acerca da sobreposição de atividades, ou seja, a conciliação de estudo e trabalho. Esta relação pode ser compreendida a partir da análise da expansão da educação noturna no país, a qual até meados do século XX era pouco representativa, mas cresce a partir de 1950 como fruto da reivindicação popular e não de uma mera regulamentação estatal (Almeida Filho, 2008).

A importância da formação profissional de excelência se torna ainda mais relevante em IFES localizadas em áreas com vulnerabilidades socioeconômicas. Considerando uma universidade pública como uma política pública, uma IFES traz o Estado como participante direto do processo de crescimento e desenvolvimento regional (Ferreira e Stoffel, 2023). Esta formação é crucial para criar melhores condições para a inserção qualificada de jovens no mercado de trabalho, especialmente em regiões menos desenvolvidas.

3 Metodologia

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar a inserção dos estudantes da UFFS/LS no mercado de trabalho, destacando sua condição ocupacional e de renda. Para isso foram coletadas informações do público-alvo através da aplicação de questionário. A revisão bibliográfica para este estudo foi realizada considerando temas relacionados à evolução do ensino superior, com destaque para as IFES. A expansão recente destas instituições, como resultado de políticas públicas e democratização do acesso com a ampliação de estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo, também faz parte da abordagem teórica.

A pesquisa empírica foi realizada com a aplicação de um questionário (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS) cujo link foi divulgado de forma presencial nas salas de aula e remotamente por meio de redes sociais. Esta etapa transcorreu entre os meses de maio e agosto de 2023. Participaram da pesquisa 289 estudantes do Campus, os quais correspondem a 30,71% do conjunto de 941 matriculados no primeiro semestre de 2023.

A região da Cantuquiriguaçu, na qual a UFFS/LS está instalada, apresentava em 2010 uma renda média equivalente a 54,37% da média estadual (Krajevski, 2022). Adicionalmente, a taxa de pobreza era de aproximadamente 20% (Coradelli, 2011; Krajevski, 2022). Além da vulnerabilidade social e econômica, a região exibia desassistência histórica quanto à oferta de instituição pública federal, realidade que muda a partir de 2009, com a UFFS/LS. A localização do Campus Laranjeiras do Sul está ilustrada na Figura 1, sendo a instalação desta unidade resultado da luta organizada pelos movimentos sociais, respaldados nos baixos índices de desenvolvimento ali existentes (Krajevski, 2022; Coradeli, 2011).

Figura 1 – Localização do Território da Cantuquiriguaçu e do munícipio de Laranjeiras do Sul

Diagrama, Mapa

Descrição gerada automaticamente

Fonte: Silos, Stoffel, 2021, p. 34

Nas análises em relação aos dados da pesquisa foram consideradas as perspectivas de Forachi (1965) e Trópia e Souza (2023), os quais classificaram os estudantes de ensino superior em grupos. O estudante-não-trabalhador é aquele cujas condições financeiras permitem usufruir da vida acadêmica podendo dedicar tempo integral aos estudos. O estudante-ocupado ou trabalhador-estudante é aquele que trabalha em tempo integral, dividindo sua rotina da graduação com o trabalho, sem condições de se dedicar plenamente aos estudos e tende a priorizar o trabalho. Este tipo de estudante também pode estar desocupado/desempregado e, por ser oriundo de famílias que não podem lhe dar suporte financeiro sua trajetória acadêmica é afetada pela busca por trabalho e preocupação com a sobrevivência material. Neste caso os auxílios socioeconômicos são essenciais (Trópia e Souza, 2023). Por fim ainda há o estudante-trabalhador, como aquele que concilia trabalho e estudo, mas tem nos estudos o foco condutor de suas prioridades (Modesto, 2012). Estas são as categorias que nos orientam nas análises dos resultados desta pesquisa.

4 Resultados e Discussões

A UFFS foi criada em 2009 como resultado da expansão e interiorização do ensino superior, inserida no REUNI. Estruturada em seis campi distribuídos pelos Estados da Região Sul contava em 2023 com 50 cursos de graduação, 40 cursos de especialização, 33 residências médicas, 16 mestrados e um doutorado (UFFS, 2023).

O Campus Laranjeiras do Sul oferta dez cursos de graduação presenciais, dos quais cinco são noturnos (Ciências Econômicas, Ciências Sociais Licenciatura e bacharelado, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza e Pedagogia) quatro em regime integral (Agronomia, Ciências Biológicas, Engenharia de Aquicultura e Engenharia de Alimentos) e um em alternância (Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas-Licenciatura).

Em estudo realizado por Hernandéz, Krajevski e Stoffel (2024), do total de vagas ofertadas no campus 42,1% eram em cursos noturnos, sendo que as matrículas registram que 45,6% dos estudantes frequentavam aulas neste turno. Neste contexto foi realizada a presente pesquisa, da qual participaram 289 estudantes. A primeira informação que se buscou obter foi sobre a ocupação dos estudantes, se apenas estudante ou conciliando com outra(s) atividade(s) (Tabela 1).

Tabela 1 – Ocupação dos estudantes da UFFS Campus Laranjeiras do Sul

 Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Se constatou que 46,37%, são estudantes-não-trabalhadores, enquanto 53,63% conciliam estudos com alguma ocupação, como trabalhador-estudante ou estudante-trabalhador. Estes resultados apontam um percentual maior de estudantes-não- trabalhadores do que a pesquisa realizada pela Andifes (2019), a qual apontou que a nível nacional o percentual de estudantes dedicados em tempo integral aos estudos (não trabalhadores) era de 29,9% enquanto os demais somavam 70,1%. A tendência é de que os estudantes que costumam conciliar trabalho e estudo (trabalhador-estudante ou estudante-trabalhador) ingressam predominantemente em cursos noturnos, enquanto os estudantes-não-trabalhadores o fazem em cursos integrais (Trópia e Souza, 2023).

Na UFFS/LS no grupo dos estudantes-não-trabalhadores, 79,14% têm idade entre 18 e 25 anos, enquanto no grupo daqueles que conciliam trabalho e estudo a idade está distribuída acima de 18 e 40 anos, sendo que 62,58% têm entre 18 e 25 anos e 27,74% acima de 25 até 40 anos. Os resultados de nossa pesquisa estão alinhados ao que Trópia e Souza (2023) apontam, ou seja, de que os não-trabalhadores são os mais jovens e que os ocupados tendem a ser mais velhos.

Quanto ao gênero dos estudantes pesquisados na UFFS/LS, 60,6% são do sexo feminino, 38,4% masculino e 1% se identifica com outros gêneros (tabela 2).

Tabela 2 - Ocupação dos estudantes da UFFS Campus Laranjeiras do Sul em relação ao sexo



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Nas análises sobre suas ocupações foi possível constatar que entre o gênero feminino 42,9% apenas estuda, enquanto no gênero masculino este percentual é de 52,3%. Trópia e Souza (2023) apontam que os estudantes ocupados ou trabalhador-estudante são majoritariamente do sexo masculino, enquanto nos outros grupos predomina o sexo feminino. Nesta pesquisa, o principal diferencial no caso das mulheres está na ocupação como estagiária ou trabalhadora sem carteira assinada, consistindo esta última em uma condição de ocupação precária.

Os alunos matriculados na UFFS/LS são oriundos de diversos estados e municípios brasileiros, com predominância do Paraná, especialmente circunvizinhos a Laranjeiras do Sul. Novais e Stoffel (2020) apontaram que dentre 1.031 estudantes matriculados em 2018, 938 (91,0%) procedentes do Paraná, sendo que 786 (76,2%) eram de municípios pertencentes ao Território Cantuquiriguaçu, no qual o campus está instalado. Com estes dados constatamos que a predominância é de estudantes oriundos do Estado do Paraná.

Tabela 3 - Ocupação dos estudantes da UFFS Campus Laranjeiras do Sul em relação a região de origem



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Na amostra utilizada para esta pesquisa, os resultados apontaram que 57,1% são da região e 42,9% mudaram para a região ao ingressar na instituição. Na tabela 3 é exibida a situação ocupacional dos estudantes considerando a informação sobre serem da região ou não. Na comparação entre os dois grupos é possível observar que 71,0% daqueles que vieram de outras regiões são estudantes não trabalhadores. Já no caso dos estudantes que são da região, 27,9% são apenas estudantes. Os outros 72,1% têm alguma ocupação que é conciliada com os estudos, predominando a condição de trabalhador-estudante com carteira assinada.

O fato de os estudantes de fora da região serem em sua maioria apenas estudantes pode indicar que o objetivo principal destes foi uma dedicação aos estudos, enquanto aqueles que são da região talvez já tenham uma ocupação anterior ao ingresso na universidade[[3]](#footnote-3).

Em relação ao tempo semanal (em horas) no qual estão ocupados com o trabalho, a tabela 4 revela os resultados obtidos. Quanto mais tempo os estudantes permanecem ocupados no trabalho, menor é o tempo disponível para estudar.

Neste quesito foi observado que 25,95% responderam dedicar até 5 horas semanais a outras ocupações, enquanto 74,05% ocupam maior número de horas. Na análise das respostas, conforme as ocupações, foi possível observar que nos estagiários e trabalhadores-estudantes sem carteira assinada, 44,78% trabalham entre 16 e 35 horas semanais. Já nos estudantes que se declararam agricultores, 50% alegaram trabalhar entre 16 e 35 horas semanais. Dentre os autônomos, 54,54% trabalham até 10 horas semanais e 36,36% trabalham entre 11 e 35 horas por semana.

Tabela 4 – Horas semanais trabalhadas pelos estudantes da UFFS Campus Laranjeiras do Sul



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

Trópia e Souza (2023) apontam que os estudantes ocupados ou trabalhadores-estudantes dedicam menos tempo para os estudos fora da sala de aula, assim como frequentam menos a biblioteca. Ao buscar conciliar a rotina entre o trabalho e estudo, estes estudantes têm menos condições e tempo para estudar. Os autores assinalam que “[...] do total de estudantes das Ifes, 52,8% já pensaram em abandonar o curso. Dentre estes, 23,6% indicaram dificuldade de conciliar trabalho e estudo” (Trópia, Souza, 2023, p. 17). A maior parte dos estudantes que possuem esta dificuldade são trabalhadores-estudantes ou estudantes ocupados.

Os estudantes foram questionados sobre o rendimento médio do grupo familiar, cujas respostas em número de salários-mínimos nacionais (SM) estão mostradas na tabela 5. Constatou-se que 83,39% têm rendimento líquido médio no grupo familiar de até três SM, com o maior percentual (36,68%) no grupo de até 1SM. Observando os dados sobre rendimento médio no estado do Paraná, em 2021, o percentual de pessoas na faixa até 3 SM é de 75,17%, sendo que na região de Guarapuava, na qual Laranjeiras do Sul está inserida, este percentual é de 82,4% (PPP, 2024). Em Laranjeiras do Sul, no ano de 2021, havia 6.337 empregados, dos quais 81,96% (5.194) estavam na faixa de remuneração máxima de 3 SM (PPP, 2024).

Tabela 5 – Rendimento líquido médio do grupo familiar que reside com os estudantes da UFFS Campus Laranjeiras do Sul



Fonte: Resultados da pesquisa (2024).

O valor do salário-mínimo nominal em 2023 (ano da pesquisa) era de R$ 1.320,00. A média de pessoas que compõe o grupo familiar que reside com os discentes é de 2,94 pessoas. Observando a renda por tipo de ocupação, constata-se que dentre aqueles com carteira assinada 76,47% possuem rendimentos entre 1 e 4 SM. Entre os estagiários ou ocupados sem carteira assinada, em 80% o rendimento é de até 2 salários-mínimos. Para aqueles que são apenas estudantes, 47,76% têm rendimento líquido mensal médio de até 1 salário-mínimo. Ou seja, os trabalhadores estudantes apresentam rendas médias mais elevadas que os outros grupos.

Trópia e Souza (2023) constataram que os trabalhadores-estudantes ou estudantes ocupados possuem maior renda per capita familiar, estudam à noite e dispõe de menos tempo para dedicar aos estudos. Na pesquisa realizada na UFFS/LS foram encontrados resultados semelhantes, em que os trabalhadores-estudantes têm rendas mais elevada em comparação com aqueles que não trabalham. No caso dos estudantes-trabalhadores (estudantes desocupados) a renda per capita menor ameaça sua permanência na universidade (falta de condições materiais), e faz este grupo ter maior dependência em relação aos auxílios socioeconômicos.

Assim, apesar da expansão ocorrida no ensino superior público via ampliação da oferta de IFES e vagas no início do século XXI, a população de baixa renda continua se deparando com significativas dificuldades para permanecer na universidade (Trópia e Souza, 2023). Afinal, para uma parcela dos estudantes não há possibilidades de abandonar o trabalho para estudar, pois a manutenção do labor é pré-condição para, após obter a vaga, seguir estudando (Trópia e Souza, 2023).

5 Considerações Finais

O objetivo da pesquisa que originou este artigo foi conhecer a realidade dos estudantes da UFFS/LS no que tange às suas necessidades de conciliar trabalho e estudos. Os resultados trazem à tona esta compatibilização, além de questões relacionadas a renda e condições ocupacionais.

A pesquisa registrou a participação de 289 estudantes da UFFS/LS, equivalente a 30, 71% dos alunos matriculados no primeiro semestre de 2023. Fica evidente que a maioria dos estudantes, 53,63%, aliam os estudos com o trabalho, sendo a realidade da maior parte dos estudantes oriundos da região. Este é um desafio tanto para os estudantes quanto para a instituição que precisa dar conta de distintas demandas. Afinal, além de ofertar ensino, pesquisa e extensão, a universidade deve levar em conta que muitos de seus estudantes não conseguem se dedicar integralmente aos estudos.

A expansão das IFES atingiu um conjunto importante de jovens, mas ainda faltam condições adequadas para os estudantes que, de algum modo, precisam de remuneração para manter os estudos. Pesquisas como esta permitem observar as realidades nas quais convivem parte dos estudantes universitários brasileiros, especialmente àqueles que precisam conciliar atividades remuneradas e estudos.

A pesquisa levou em consideração o perfil dos estudantes da UFFS/LS em relação ao mercado de trabalho, não explorando o desempenho acadêmico, o qual possivelmente é afetado diante das condições e disponibilidade para a realização dos estudos. Esta relação pode ser examinada em investigação futura, bem como, identificar como as demandas que exigem conciliar trabalho e estudo afetam a saúde mental destes estudantes, influenciando a possibilidade de concluir ou não os cursos.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. A **Universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra, outubro 2008.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das IFES. **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES** – 2018. Brasília: ANDIFES, 2019.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. IN: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A.; LASTRES, M. H.; SILVA, M.M. (orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro (RJ): BNDES, pp. 540-560, 2014.

BERGMANN, A. L.; RIBEIRO, F. G.; NIQUITO, T. W.; TEIXEIRA, G. O efeito da expansão dos institutos e das universidades federais sobre o mercado de trabalho. **Análise Econômica**, *[S. l.]*, v. 38, n. 77, 2020. DOI: 10.22456/2176-5456.77987. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/77987. Acesso em: 24 jan. 2024.

BORTOLANZA, J. Trajetória do ensino superior brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Mar del Plata, Argentina, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2005. Disponível https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BURON, R. M. O papel da universidade na formação do perfil profissional. **Salão do Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/7307. Acesso em: 17 jan. 2024.

CORADELI, R.T. **As associações de Munícipios como Estratégias para o Desenvolvimento: Considerações Sobre a Cantuquiriguaçu/PR**. 201. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

HERNANDÉZ, M. G.; KRAJEVSKI, L. C.; STOFFEL, J. A crise da universidade pública brasileira. *In*: LOSS, A. S.; GALLERT, C.; GÓES, E. P. **Conscientizar, incluir e humanizar no ensino superior:** comemoração ao centenário de Paulo Freire. Campo Mourão: Ed. Fecilcam, 2023.

HERNANDÉZ, M. G.; KRAJEVSKI, L. C.; STOFFEL, J. Reflexões sobre a universidade pública: o caso de UFFS no Campus Laranjeiras do Sul, Paraná. **Revista Temas e Matizes** (no prelo).

KRAJEVSKI, L. C. **A importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

KRAJEVSKI, L. C. Universidades e desenvolvimento regional: o caso da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul. In: MACEDO, F. C.; VIEIRA, D. J.; MONTEIRO NETO, A. (orgs.). **Universidade e Território - Ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**, Brasília: IPEA, 2022

LIMA, E. F. A **contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996-2007**. Porto Alegre: UFRGS. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia. 2012.

MACEDO, F. C. de. **Desenvolvimento Regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

MACEDO, F. C.; SILVA, J. R. Expansão do Ensino Superior e o campo do desenvolvimento regional e urbano no Brasil. In: SILVEIRA, R.L.L.; KARNOP, E.(orgs.). **Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, 298p.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos demográficos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012.

MODESTO, M. A. Estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante? Nuances da relação entre educação e trabalho na UFS. *In*: Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade, 6, 2012, São Cristovão. **Anais eletrônicos**. p. 1 - 12. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10182/25/24.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da Criação das Novas Universidades Federais Sobre as Economias Locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 51, 2018. Disponível em: //www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/839. Acesso em: 4 out. 2022.

NOVAIS, E.; STOFFEL, J. A Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Laranjeiras do Sul e o Desenvolvimento Regional: considerações a partir do perfil de origem dos acadêmicos. IN: NEVES, C.S.B. (org.). **Interconexões**: saberes e práticas da geografia. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

OLIVEIRA, A. L. M.; POCHMANN, M.; ROSSI, P. Inclusão Interrompida? Educação Superior no Brasil no início do século 21. **Economia e Sociedade**, Campinas, Unicamp, IE. V. 31, n. 2 (75), p. 417-473, maio-agosto, 2022.

PPP (Programa Paraná Produtivo). **Base de informações regionais**. Disponível em <https://paranaprodutivo.com.br/> Acesso em jul. 2024.

RECHE, D.; CAMPOS, H.A. O processo de estruturação socioespacial de pequenas cidades no contexto regional de inserção da Universidade Federal da Fronteira Sul. In: MACEDO, F. C.; VIEIRA, D. J.; MONTEIRO NETO, A. (orgs.). **Universidade e Território - Ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI,** Brasília: IPEA, 2022

REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). **Diretrizes Gerais**. Plano de Desenvolvimento da Educação. Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC (25 junho de 2007), em complemento ao art. 1º parágrafo 2 do Decreto presidencial nº 6.096 (24 de abril de 2007). Agosto de 2007

ROLIM, C,; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 87-102, 2009. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16710. Acesso em: 29 set. 2022.

SOUZA, J. G. de. Evolução Histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**. PUCCAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58. Agosto/1996.

SILOS, P. H. C.; STOFFEL, J. **Estudo sobre as condições socioeconômicas do Território Cantuquiriguaçu/PR**. Ponta Grossa/PR: Atena, 2021.

STOFFEL, J.; FERREIRA, A. S. Caracterização socioeconômica e análise da influência da UFFS Campus Laranjeiras do Sul/PR. *In:* **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, XI, 2023, Santa Cruz do Sul. Anais eletrônicos, 2023, v. 1., p.1. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/23388>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis Pedagógica**. V. 8, n. 2, ago/dez. 2010, p. 4-17.

TRÓPIA, P. V.; SOUZA, D. C. C. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro-Posições,** Campinas, n. 34, p.e20210033, 2023

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul. **Apresentação da instituição**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao> Acesso em: jul. 2023.

VIEIRA, D. J.; MACEDO, F. C. Crescimento e configuração do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI. IN: MACEDO, F. C.; VIEIRA, D. J.; MONTEIRO NETO, A. (orgs.). **Universidade e Território** - Ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI, Brasília: IPEA, 2022.

VARGAS, H. M.; de PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 18, n. 2, p. 459-486, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/VmmLwb3h8zbnsKVnJRJKqDz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2024.

1. Bolsista de Iniciação Científica e estudante de Ciências Econômicas na Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul/PR, Brasil. Contato: [alexandre.schuarts@estudante.uffs.edu.br](mailto:alexandre.schuarts@estudante.uffs.edu.br). Financiamento: Fundação Araucária. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul/PR, Brasil. Contato: [janete.stoffel@uffs.edu.br](mailto:janete.stoffel@uffs.edu.br)

   ³ Doutor em Desenvolvimento Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, Brasil. Contato: [luisck@ufpr.br](mailto:luisck@ufpr.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Esta informação não foi apurada na presente pesquisa. [↑](#footnote-ref-3)